



O AUTISMO INFANTIL E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESCOLA: POLÍTICAS DE INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS

Claudine Hentges¹
Franciele Camila Hentges²

Resumo: O autismo infantil, denominado mais recentemente como Transtorno do Espectro Autista (TEA) muitas vezes afeta o desenvolvimento estudantil, sendo necessário algumas adaptações durante a trajetória do aluno. Pensando nisso, este artigo tem por objetivo analisar o papel da escola e da família no aprendizado do estudante autista. Utilizando-se da pesquisa qualitativa e bibliográfica, chegou-se à conclusão de que é necessário o uso da tecnologia como responsável pela promoção do desenvolvimento destes estudantes, mas ressalta-se que tal desenvolvimento só vem a ocorrer de forma significativa quando utilizado de forma hábil e didática pelo docente.

Palavras-chave: Autismo. Escola. Família. Direitos Humanos

Introdução

Nos dias atuais, as pesquisas em torno das relações entre educação e autismo têm construído sua variabilidade, demonstrando diferentes possibilidades de ensino e aprendizagem nesses alunos. Pensar alternativas para aprimorar o desenvolvimento cognitivo do estudante autista é essencial para melhorar a Educação Especial. Mas, qual o papel da escola no desenvolvimento do estudante autista? Qual a importância do diálogo entre família e escola, para melhoria da educação e da garantia dos Direitos Humanos para esse grupo de alunos? Que recursos podem ser utilizados para facilitar a aprendizagem dos autistas?

Objetivos

O trabalho teve objetivo geral de analisar a superlotação prisional mediante o olhar dos Direitos Humanos e da Cidadania. Para que esse objetivo fosse alcançado, buscou-se compreender de que forma os autores selecionados trabalham a temática; identificar as principais discussões em voga e verificar se a problemática possui uma solução atual viável.

Metodologia

No que se refere a aspectos metodológicos, prioriza-se a pesquisa bibliográfica, qualitativa e exploratória. No que se refere a estas diferentes modalidades de pesquisa, Rodrigues et.al. (2007) argumenta que a pesquisa exploratória se constrói mediante “a caracterização inicial do problema, sua

¹ Psicologia, Integral, Universidade Estadual do Centro – Oeste (UNICENTRO), claudinehentges@yahoo.com.br

² Educação Física, Integral, Universidade Estadual do Centro – Oeste (UNICENTRO), camilafhentges@hotmail.com

classificação e de sua definição. Constitui o primeiro estágio de toda pesquisa científica” (RODRIGUES et. al., 2007, p.2).

Os autores ainda enfatizam que a pesquisa bibliográfica “recupera o conhecimento científico acumulado sobre um problema” (p.3). Quanto ao teor qualitativo, destacam que “É descritiva – As informações obtidas não podem ser quantificáveis – Os dados obtidos são analisados indutivamente – A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa” (p.4).

Portanto, ao serem definidas conceituações metodológicas, é possível esclarecer as intenções deste estudo, até porque promover aproximação entre aluno, conhecimento e tecnologia é um dos eixos para uma educação libertadora e autônoma. Além disso, evidencia-se mais uma possibilidade de ensino a alunos que possuem autismo, visto que suas habilidades se constroem de forma não tradicional, diferente dos alunos regulares ou com dificuldades cognitivas mais leves. Nesse caso, não se menospreza a atenção que se deve dar a estes alunos, mas especifica-se o atendimento ao aluno autista, dadas as suas especificidades de aprendizagem.

Resultados/Resultados parciais e discussão

O que é autismo? Assumpção (1999) define o autismo como “uma síndrome comportamental com etiologias múltiplas e evolução de um distúrbio do desenvolvimento, caracterizada por déficit na interação social e no relacionamento com os outros, associado a alterações de linguagem e comportamento” (ASSUMPÇÃO, 1999, p.944). A definição que o autor traz mostra aspectos de ordem biológica que podem interferir diretamente na aprendizagem, visto que a ação comportamental desvia-se do padrão de preparação das universidades nos cursos de licenciatura.

A partir dessa informação, ainda cabe a reflexão sem resposta definida: por que as universidades não preparam docentes para a Educação Inclusiva? A necessidade de especialização é evidente em qualquer área, mas a negligência com o ensino especial gera dificuldades para muitos docentes que se deparam com turmas regulares e alunos autistas (ou com outras dificuldades) inclusos.

Gadi (2015) possui estudo mais atual e definição mais ampla do que é o autismo no cenário educacional brasileiro da contemporaneidade. Em sua visão, não há como definir o autismo a partir de uma doença única, mas de um distúrbio comportamental de dimensões diferenciadas e complexas. O autor ainda relata que o autista possui uma rotina repetitiva e limitada de ações, dificuldade de interação e comunicação e repertório qualitativamente limitado. O isolamento e contato visual deficitário também são aspectos a serem considerados.

A escola possui função primordial na descoberta e atendimento especializado da aprendizagem do aluno autista. Entretanto, é preciso associar a educação autista ao cenário educacional brasileiro na atualidade. Isso porque o sistema educacional encontra-se em crise, visto que as novas ideias encontram barreiras burocráticas de ação e a educação tradicional ainda é veiculada como metodologia eficaz, ou como única metodologia apreendida pela dinâmica de formação docente.

Assim, o professor prefere reconhecer o problema a ter de resolvê-lo. Além disso, a sala de recursos multifuncionais só pode funcionar se houver capacitação para trabalhar com os alunos nestes espaços. A inclusão é uma ilusão, se não há capacidade técnica de aplicar uma didática eficaz a estes estudantes.

A autora ainda salienta que a escola deve registrar as etapas de desenvolvimento vencidas, os aspectos a melhorar, a rotina do estudante, as dificuldades decorrentes do processo de aprendizagem, as mudanças ou permanências de docentes na trajetória dos estudantes, dentre outras questões. É mediante registro que será possível verificar se o aluno aprendeu e como se deu este processo.

Para Delgado (2008), as relações entre escola e família têm se alterado a partir das mudanças no mundo do trabalho. Com os pais trabalhando cada vez mais, os estudantes ficam mais tempo na escola e aumentam sua vivência com as crianças. Tal relação de maior proximidade acaba por mascarar o fato de que a responsabilidade de todo processo educativo corresponde aos professores, quando, na verdade, a participação dos pais é tão ou mais importante do que a escola.

Conviver com o diferente pode ser bem difícil, pois muitos profissionais não estão acostumados e nem preparados para isso. A inclusão vem ao encontro com a falta de preparo tanto dos profissionais da educação como do próprio professor, que é o principal articulador do processo educacional para que haja uma escola inclusiva.

Além disso, todos têm direito a educação escolar independente de suas diferenças que devem ser respeitadas. E para isso, são necessárias algumas adaptações para que a relação ensino aprendizagem ocorra de forma individual e coletiva nos estudantes. Nas relações entre escola e família, a Educação Inclusiva deve ser vista como

Os recursos tecnológicos são boas ferramentas didáticas para trabalhar com estes alunos. Para Souza (2014), “o uso da tecnologia beneficia a produção do conhecimento e desenvolvimento de conceitos entre estudantes matriculados em classes especiais e dos incluídos em classes regulares” (SOUZA, 2014, p.10). No que se refere, especificamente, a estudantes autistas, a autora destaca que o uso da tecnologia pode favorecer a aprendizagem, desde que o professor saiba como articular essa forma de aprendizagem à realidade social e cognitiva do aluno autista. A tecnologia é, portanto, aliada do processo educacional, com algumas ressalvas.

Para Lopes (2012), “a sala de recursos multifuncionais é um atendimento educacional especializado, de natureza pedagógica que complementa a escolarização de alunos que apresentam deficiência” (LOPES, 2012, p.38). No local, há um professor especialista, cuja função é preparar aulas e usar o espaço para melhorar as condições de aprendizagem do alunado. Como o local deve dispor de ferramentas materiais de facilitação da aprendizagem, faz-se necessário que o planejamento se articule com o material.

Ribeiro (2013) argumenta que os jogos podem também ser elemento aguçador do autismo, na medida em que podem manter a criança em uma atmosfera de isolamento, a deixando distante do convívio social familiar e secular. Por mais que outros aspectos sejam desenvolvidos em sua experiência com o game, o relacionamento afetivo pode ser piorado, ou mantido, visto que um dos aspectos negativos dos games é não promover tanta interação social entre os participantes e o mundo exterior.

Dessa forma, o aspecto visual é importante, pois direciona o olhar do estudante para o foco da mídia digital. Esta, por sua vez, quando produzida para fins educacionais, possui plenas condições de oportunizar conhecimento diferenciado, desenvolvido a partir de matrizes teóricas consistentes e articulado à prática dos estudantes. O cenário de verificação é positivo, na medida em que há avanços nas pesquisas e na aprendizagem de alunos autistas cujo suporte é a mídia digital.

Portanto, há diferentes formas de se trabalhar com o aluno autista, mas é preciso que o professor busque constante aperfeiçoamento profissional por formação continuada ou especialização. Assim, a educação melhorará ainda mais a aprendizagem e a promoção de pesquisas será mais efetiva para estes alunos.

Considerações finais

A partir deste trabalho foi possível verificar a importância do estudo acerca do autismo e do diálogo entre escola e família, assim como o esclarecimento do papel de cada instituição no tecido social e, especificamente, na trajetória dos estudantes autistas. Além disso, destaca-se o uso da tecnologia como responsável pela promoção do desenvolvimento destes estudantes, mas ressalta-se que tal desenvolvimento só vem a ocorrer de forma significativa quando utilizado de forma hábil e didática pelo docente.

Ainda se salienta a necessidade de revisitar teoricamente a sala multifuncional e perceber até que ponto o aluno aprende, pois os exercícios realizados em sala devem ser reforçados pelos pais e a escola deve ser uma extensão do espaço doméstico, e vice-versa.

Entretanto, ainda há muito o que se estudar. O autismo ainda é um transtorno de desenvolvimento que causa dificuldade de trato na docência. Por falta de conhecimento ou interesse, muitos docentes acabam reproduzindo uma forma avaliativa que não corresponde a um patamar ideal de cognição para estes alunos, o que prejudica seu aprendizado. Cabe revisitar metodologias, estratégias didáticas e planejamentos, visando a melhoria do ensino para estes alunos.

Referências

ASSUMPTÃO JR, Francisco B. et al. Reconhecimento facial e autismo. **ArqNeuroosiquiatr**, v. 57, n. 4, p. 944-949, 1999.

GADI, CARLOS. APRENDIZAGEM E AUTISMO. **Transtornos da Aprendizagem: Abordagem Neurobiológica e Multidisciplinar**, p. 440, 2015.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 18, n. 3, p. 487-506, 2012.

RIBEIRO, Paula Ceccon et al. ComFiM: Um Jogo Colaborativo para Estimular a Comunicação de Crianças com Autismo. In: **Proceedings of the X Brazilian Symposium in Collaborative Systems**. Sociedade Brasileira de Computação, 2013.

RODRIGUES, William Costa et al. Metodologia científica. **Paracambi:[sn]**, 2007.

SOUZA, Erik Anibal Peixoto de. Um estudo de caso sobre a inclusão digital de alunos com diagnóstico de autismo. 2014.